

Dividas de US\$ 3 bilhões

por Sueley Caldas
do Rio

Já ultrapassam US\$ 3 bilhões as dívidas comerciais dos países em desenvolvimento para com o Brasil e, até agora, o governo tem procurado encaminhar a solução para o problema através do reescalonamento de pagamento em prazos futuros, informou na sexta-feira a este jornal o chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, ministro Luís Villarinho Pedroso.

Outra alternativa em cogitação no Itamaraty é a efetivação de operações triangulares de "counter-trade", envolvendo vendas dos países devedores para terceiros países, intermediadas por empresas brasileiras, em que o faturamento da operação reverta em pagamento desses débitos. Segundo Pedroso, para a concretização dessas operações, as "trading companies" brasileiras assumem importante papel, uma vez que elas possuem sua própria rede de comercialização no exterior e, por isso, têm mais facilidades para captar negócios desse tipo em outros países.

Há ainda, de acordo com o ministro Pedroso, uma terceira alternativa de cobrança dos débitos, que o governo brasileiro tem evitado até agora e a ela só recorrerá "em último caso". Trata-se da "ven-

da" de papéis dos países devedores no mercado financeiro internacional. Os bancos estrangeiros são até receptivos a esse tipo de transação, mas cobram deságios elevadíssimos, muitas vezes de 80% do valor do papel, resultando em prejuízos desastrosos para o País.

A maior parte desses débitos é de países que têm elevado déficit comercial com o Brasil, como Peru, Bolívia ou Paraguai, e outros que utilizaram linhas de crédito abertas pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil, como Moçambique ou Tanzânia. Frequentemente, surgem problemas de relacionamento comercial com países que acumulam déficits nas suas transações com o Brasil, sempre que o nível de trocas fica extremamente desigual. Há cerca de três anos o Equador praticamente suspendeu suas importações de produtos brasileiros, porque a relação de comércio se dava a níveis de US\$ 140 milhões para o Brasil e US\$ 1 milhão para o Equador. A intervenção da diplomacia brasileira e a abertura para compra de petróleo equatoriano atenuaram o conflito e novamente o Equador voltou a comprar produtos brasileiros. Recentemente, na última feira brasileira em Bogotá, conta Pedroso, havia receio, entre diplomatas e

empresários brasileiros, de a Colômbia vir a adotar cotas restritivas a produtos provenientes do Brasil, mas novamente o problema foi sanado.

"Na verdade", assinala o ministro Pedroso, "as maiores dificuldades para incrementar o comércio com os países em desenvolvimento são a limitação de capacidade de pagamento do lado deles e a nossa dificuldade de importar." Com exceção apenas dos países exportadores de petróleo, o Brasil é superavitário na relação comercial com todo o resto do mundo em desenvolvimento. E algumas vezes até com produtores de petróleo, como é o caso da Venezuela.

"Na medida em que criamos um superávit comercial elevado", continua Pedroso, "a tendência desses países é restringir suas compras no Brasil, sobretudo porque eles concluem que o dinheiro com que pagam as mercadorias brasileiras vai parar nas mãos dos banqueiros estrangeiros, porque é utilizado no pagamento dos juros de nossa dívida." Depois da crise de liquidez dos países devedores, em setembro de 1982, o Itamaraty resolveu enfrentar o problema do relacionamento comercial com o Terceiro Mundo através de operações de trocas de mercadorias. Elaborou um estudo sobre "counter-trade" e passou a operar na base de trocas com esses países, utilizando principalmente o potencial de compra de petróleo. Hoje, segundo Pedroso, a Petrobras, direta ou indiretamente, é responsável por mais de US\$ 5 bilhões de exportações. Mas neste ano surgiu um problema novo, que tem dificultado o "countertrade". Com a queda do preço do petróleo, os países produtores reduziram seu faturamento e começaram a apresentar dificuldades para aceitar operações de "counter-trade".